

ASSUNTO: Poluição.

O SR. FRANCISCO SALGOT CASTILLON (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, e a poluição? Quem polui? Como polui? Quando polui? Quem manda poluir? Quem autoriza a poluição? As usinas, os engenhos, por que poluem? E as fábricas de papel, por que poluem? E a poluição dos produtos químicos? E a poluição das refinarias? E a das fábricas de tecidos? E as estamparias? E os curtumes? E a poluição dos resíduos de mandioca? Por que a Standard Brands polui? E por que polui a Champion? E a Votorantim? E por que a Matarazzo polui? E o Ermírio de Moraes? E o Klabin? E o Ometto? E o Morganti? E a Rhodia? E a Petrobrás? etc. etc.

Perguntei, na última sessão, desta tribuna, repito hoje e continuarei repetindo, até que minhas palavras sejam ouvidas por quem tem de ouvi-las, e se decida fazer algo mais do que tem sido feito em defesa dos rios de São Paulo.

Inicialmente, há necessidade de se alterar radicalmente a máquina burocrática, emperrada e inoperante, atualmente encarregada de combater a poluição.

Se não vejamos: Nada menos de três Secretarias interferem, ou deveriam interferir, por força de lei, na questão da contaminação das águas.

- 1 — Secretaria da Saúde, pelos seguintes órgãos:
 - a) Engenharia Sanitária;
 - b) Instituto Adolfo Lutz;
 - c) Centros de Saúde do Interior;
 - d) Serviços dos Centros de Saúde da Capital.

- 2 — Secretaria da Viação pelos órgãos:
 - a) Departamento de Águas e Esgotos;
 - b) Departamento de Obras Sanitárias.

- 3 — Secretaria da Agricultura, pela Divisão de Caça e Pesca.

Além desses órgãos, intervêm também as Prefeituras que, por lei, não poderiam fornecer alvarás de funcionamento a nenhuma nova indústria que não apresentasse plano de tratamento de seus resíduos.

Dirão os Srs. deputados: Mas com tantos órgãos executivos é impossível que não funcionem a máquina governamental de combate à poluição. Pois não funciona. Tanto não funciona que não só esses órgãos não conseguem novos tratamento, como permitem que se deteriore os poucos existentes.

Na série longa de pronunciamentos que farei desta tribuna, como prometi, dissecando a poluição e os poluidores, pondo a mostra, por inteiro, o tumor que empestia São Paulo, mostrarei como as coisas nessas Secretarias se passam e porque os nossos rios, ribeirão e córregos, apesar das inúmeras leis existentes que proíbem a poluição, mais parecem imundos e fétidos canais de esgoto.

Sr. Presidente e Srs. deputados, vamos salvar os nossos rios?

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Aristides Troncoso Peres. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Amaral Gurgel. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Semi Jorge Resegue. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Felício Castellano.

O SR. JOSÉ FELÍCIO CASTELLANO (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, dois fatos chamam a nossa atenção no momento presente. Em primeiro lugar o nosso protesto ante a nova elevação do preço dos combustíveis, o que virá acarretar, inevitavelmente, nova alta no custo de vida. Não podíamos deixar de apresentar, neste instante, o nosso veemente protesto contra esta atitude dos poderes constituídos na esfera federal, que virá influir decisivamente na asfixia das massas populares, daqueles menos protegidos pela fortuna.

Outro fato que nos traz à tribuna, Sr. Presidente, é o relato a respeito daquilo que vimos, ouvimos e presenciamos por ocasião do pleito que se feriu nestes últimos dias nas cidades do interior e domingo p. passado aqui na Capital. O que nos chamou a atenção, Sr. Presidente, e isso infelizmente, é termos presenciado o povo caminhando para as urnas sem entusiasmo, sem sorrisos, desfazendo-se de uma obrigação imposta. Ouvimos de muitos eleitores, simples homens desiludidos, a alegação de que iam às urnas apenas para passar o visto no título. Tão-somente isso. Era o espelho do pessimismo. Nesta Capital, encontramos dezenas de pessoas, após o pleito, que disseram ter votado em branco, fazendo críticas acerbas a respeito de tantas e sucessivas eleições.

Em nosso entender, a alta do custo de vida, a queda assustadora do salário real, a inflação galopante a que temos assistido, formaram o cenário para o desenvolvimento do pleito e isso concorreu, decisivamente, para o desânimo do povo, para a sua desilusão. Todavia, é preciso que os partidos e os homens públicos anotem e estudem o que se passou, pois a descrença contra o atual estado de coisas, envolveu a própria esperança no regime. Quando um povo comparece às urnas sem ilusões, sem esperanças de melhores dias, sem entusiasmo, algo de grave está acontecendo e precisa ser estudado. Quando o eleitorado vai às urnas empurrado por uma obrigação legal, ou deixa de comparecer em larga es-

cala, como é o caso da abstenção na Capital, fatos estranhos estão a exigir a atenção dos homens públicos.

Trazemos estas considerações aos nobres pares para que sejam confrontadas com aquelas que os colegas trouxeram de suas regiões de influência, para que se possa discutir o assunto, encontrar as razões dessa atitude, ou, se fôr o caso, contestar as nossas observações. O que, em nosso entender, não podemos fazer, é ignorar o fato, pois o consideramos muito grave.

Somos daqueles que consideram a campanha uma festa cívica, através da qual os candidatos expõem as suas idéias, discutem os problemas administrativos e humanos, fazem planos e onde o povo comparece aos comícios para conhecer os programas e confrontá-los com os demais apresentados. Entendemos as eleições como a oportunidade que o regime oferece para a conquista de posições melhores, não para os candidatos, é lógico, mas para a promoção humana do povo. Para essa conquista é preciso entusiasmo, união, confiança e certeza de que estamos trilhando o caminho certo. Democracia é sinônimo de confiança, de entusiasmo, de coragem!

Infelizmente, o retrato democrático das eleições não apresentou traços muito nítidos dessas qualidades que são o alicerce do regime, e está a merecer dos homens públicos e, principalmente, dos partidos políticos, um grave e severo estudo.